EDITAL DE LICITAÇÃO	
ESTADO DO PIAUÍ MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES	
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO:	024/2026 – SRP
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI
MODO DE DISPUTA:	Aberto
INÍCIO DA SESSÃO:	24 de novembro de 2026, às 09 h e 00 min
PLATAFORMA:	www.licitacaomiguelalves.com.br
LEGISLAÇÃO:	Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar n° 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal n° 01/2024 e demais dispositivos legais pertinentes
ACESSO AO EDITAL:	A cópia deste edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, podendo ser consultado ou obtido gratuitamente, de segunda à sexta-feira (dias úteis), de 08 h e 00 min às 14 h e 00 min, bem como nos seguintes endereços eletrônicos: ❖ www.miguelalves.pi.gov.br ❖ www.licitacaomiguelalves.com.br ❖ https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic ❖ https://www.gov.br/pncp/pt-br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026 – SRP

O **MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES**, Estado do Piauí, situado na Rua Mariano Mendes, n° 33, Centro, CEP: 64130-000 em Miguel Alves/PI, por meio do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 420/2025 – GAB/PMMA, de 04 de Agosto de 2025, nos termos da Lei n° 14.133/2021, do Decreto Municipal n° 01/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições do instrumento convocatório, promoverá o processo licitatório adiante especificado:

- **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico
- **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço
- **ADJUDICAÇÃO: Por lote**
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- **INÍCIO DA SESSÃO:** 24 de novembro de 2026, às 09 h e 00 min
- **PLATAFORMA:** www.licitacaomiguelalves.com.br
- **ACESSO AO EDITAL:** www.miguelalves.pi.gov.br, www.licitacaomiguelalves.com.br, sistemas.tce.pi.gov.br/muralic e https://www.gov.br/pncp/pt-br
- **LEGISLAÇÃO:** Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar n° 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal n° 001/2024 e demais dispositivos legais pertinentes
- **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** Demais informações poderão ser solicitadas por meio do endereço eletrônico: cplmiguelalvespi@gmail.com ou na sala do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, situada nesta cidade na Rua Mariano Mendes, n° 33, Centro, CEP: 64130-000, de segunda à sexta-feira (dias úteis), de 08 h e 00 min às 14 h e 00 min.

ATENÇÃO!

Caso encontre dificuldades para realizar o cadastro ou envio da proposta na plataforma, orientamos que entre em contato diretamente com o suporte técnico da plataforma pelos seguintes canais:

Telefone: (81) 3877-1397 / E-mail: boletos@brconectado.com.br

O suporte está disponível para prestar todo o auxílio necessário durante o processo de participação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI,** conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitacaomiguelalves.com.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico de licitações e nos cadastros pertinentes e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que tenha participado da fase preparatória da contratação, da elaboração do Termo de Referência, de estudos técnicos, pesquisas, levantamentos ou documentos que subsidiaram o planejamento da contratação, quando sua participação puder comprometer a isonomia, a competitividade, o julgamento objetivo ou caracterizar conflito de interesses;

3.6.3. Empresa da qual pessoa física ou jurídica mencionada no item anterior seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico, empregado, prestador de serviço ou subcontratado, quando houver risco de comprometimento da isonomia, da competitividade ou do julgamento objetivo;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A participação de pessoas físicas ou jurídicas que tenham colaborado com a Administração na fase preparatória somente será admitida quando não houver conflito de interesses, vantagem competitiva indevida ou comprometimento da isonomia entre os licitantes, devendo eventual atuação ocorrer exclusivamente em apoio à Administração e sob supervisão dos agentes públicos responsáveis.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. As vedações previstas neste edital deverão ser interpretadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à prevenção de conflitos de interesses, preservação da isonomia, da competitividade, da impessoalidade e do julgamento objetivo.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, FICHA TÉCNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Ao encaminhar a proposta de preços no sistema eletrônico, a licitante deverá anexar ficha técnica com a descrição detalhada dos materiais permanentes ofertados nos lotes de seu interesse, indicando, quando aplicável, marca, fabricante, modelo, características técnicas, dimensões, capacidade, potência, garantia e demais informações relevantes à aferição da conformidade com o Termo de Referência, bem como os preços unitários dos itens e o valor total de cada lote ofertado, preservado o anonimato na fase exigida pelo sistema.

4.4. O descumprimento das exigências previstas nos itens 4.2 e 4.3 poderá acarretar a desclassificação da proposta relativa ao lote afetado, quando constatada irregularidade insanável que comprometa sua validade, conformidade ou julgamento, assegurada a possibilidade de saneamento de falhas formais legalmente admitidas. A desclassificação referente a determinado lote não prejudicará automaticamente a participação da licitante nos demais lotes para os quais tenha apresentado propostas regulares.

4.5. Apresentar preços completos, expresso em reais, em algarismo nos itens e, em algarismo e por extenso, no valor total, computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto da

licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta.

4.6. As propostas deverão ser apresentadas contemplando os quantitativos fixados, não sendo permitidas ofertas com quantitativo inferior.

4.7. A proposta deverá informar o prazo de entrega dos materiais permanentes, observadas as condições de transporte, carga, descarga, montagem ou instalação quando expressamente previstas, garantia e substituição de bens defeituosos estabelecidas no Termo de Referência e nas ordens de fornecimento.

4.8. A participante deve declarar que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela licitante e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa, sob pena de desclassificação.

4.9. Não será admitida proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência e o presente Edital, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto nos termos ofertados, em quantidade e qualidade adequadas, promovendo, quando requerido pela Administração, a substituição, correção ou complementação dos itens que apresentarem desconformidade, vício, defeito ou inadequação às especificações exigidas.

4.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.12. Deve estar expresso na proposta que nos preços indicados estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (fretes), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

4.12.1. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.

4.13. A proposta de preço deverá estar acompanhada da declaração de que o fornecedor conhece e aceita as regras determinadas pela Administração, bem como deverá expressar que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (fretes), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

4.14. A proposta de preço deverá estar acompanhada de declaração de compromisso de entrega dos bens diretamente no Município de Miguel Alves/PI, sem custos adicionais à Administração, incluindo transporte, carga, descarga, substituição de itens defeituosos e demais despesas necessárias ao pleno atendimento do objeto, independentemente da quantidade solicitada em cada ordem de fornecimento.

4.15. A licitante deverá declarar que os materiais permanentes ofertados são novos, sem uso anterior, e atendem integralmente às especificações, padrões de qualidade, segurança, desempenho e garantia definidos no Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição, correção ou reparação de bens com vícios ou desconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

4.16. A licitante deverá declarar que, caso seja vencedora e celebre o instrumento contratual, cumprirá as obrigações legais e contratuais relativas ao fornecimento dos materiais permanentes, incluindo transporte, carga, descarga, instalação ou montagem quando previstas, assistência durante a garantia e demais encargos, sem custos adicionais para a Administração.

4.17. Qualquer vício, omissão ou defeito na proposta será observado pelo Pregoeiro que desclassificará a mesma, salvo em situações apenas formais previstas na legislação. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as declarações, especificações e exigências do presente edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.18. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.18.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.18.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.18.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.19. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.20. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.20.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.21. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.22. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até o prazo estabelecido para apresentação da proposta no sistema.

4.23. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.24. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase de envio de lances.

4.24.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o valor final mínimo de cada lote no qual apresentar proposta, observando o intervalo mínimo entre lances e as regras do sistema eletrônico.

4.24.2. A parametrização do valor final mínimo observará o intervalo mínimo entre os lances intermediários e entre o lance que cobrir a melhor oferta, conforme definido neste Edital.

4.25. O sistema poderá enviar lances automáticos pelo licitante, quando habilitada essa funcionalidade, respeitados o valor final mínimo parametrizado e o intervalo definido no item 6.7 deste Edital.

4.25.1. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser reduzido pelo fornecedor durante a fase de disputa, vedada a alteração para valor superior ao lance já registrado pelo próprio licitante.

4.25.2. A parametrização e o envio de lances observarão o critério de MENOR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE, com disputa independente entre os lotes.

4.26. Não se aplica ao presente certame o critério de julgamento por maior desconto, sendo vedada a apresentação de lance superior ao anteriormente registrado pelo mesmo licitante.

4.27. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.28. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

5.2. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma de Licitações (www.licitacaomiguelalves.com.br).

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação da proposta implica o compromisso de fornecer os materiais permanentes novos, em conformidade com as especificações, quantidades, condições de entrega, transporte, carga e descarga, garantia e substituição dos bens defeituosos, conforme o Termo de Referência e a ordem de fornecimento.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

5.10. A ficha técnica deverá ser enviada por meio de comando próprio disponível no sistema eletrônico, contendo descrição detalhada do objeto ofertado, com informações compatíveis com as especificações do Termo de Referência, inclusive quanto às características técnicas, funcionais, dimensionais, de segurança, qualidade, composição, garantia, entrega e substituição, quando aplicáveis.

5.11. A fim de assegurar a impessoalidade, a isonomia e o julgamento objetivo, a ficha técnica e a proposta comercial dos lotes disputados, acompanhadas da garantia de proposta exigida no item 5.13, deverão ser encaminhadas na fase de apresentação das propostas, pelo sistema eletrônico, no arquivo único denominado “FICHA TECNICA”, observadas as funcionalidades da plataforma. Para preservar o anonimato até o momento procedimental pertinente, a licitante deverá apresentar o instrumento de garantia, ocultando os elementos que revelem sua identidade, sem prejudicar a

leitura e a verificação da modalidade, instituição emitente, valor garantido, lotes abrangidos, vigência, condições de cobertura, autenticidade do instrumento, bem como dos demais requisitos editalícios. A anonimização deverá impedir a identificação direta ou indireta da participante por documentos, referências cruzadas ou mecanismos de consulta acessíveis aos concorrentes. Não será permitida a supressão de conteúdo necessário à análise da suficiência e validade da garantia. A licitante manterá o documento integral e original disponível para apresentação, quando convocada pela Administração para conferência após o encerramento da etapa que exige anonimato, sem alteração posterior das condições de garantia existentes na data-limite de apresentação da proposta. A apresentação da cópia anonimizada não dispensa a constituição tempestiva da garantia e a Administração poderá realizar diligências de autenticidade, respeitados os arts. 58 e 64 da Lei nº 14.133/2021. Eventual irregularidade será avaliada em relação ao lote afetado, observadas as possibilidades legais de saneamento, vedada a identificação antecipada da licitante.

5.12. O conteúdo da ficha técnica, da proposta e da cópia anonimizada da garantia de proposta não poderá identificar direta ou indiretamente a licitante na fase em que o sistema exigir anonimato. A ocultação dos dados identificadores permitida no item 5.11 não será considerada falha documental, desde que estejam preservadas as condições essenciais para aferir a existência, a vigência, o valor, a cobertura e a regularidade da garantia. Os originais completos deverão ser disponibilizados à Administração, no momento procedimental adequado.

5.13. As licitantes deverão apresentar, como condição de participação no certame, garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado dos lotes para os quais apresentarem proposta, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. (A exigência de garantia de proposta, conforme art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, possui a finalidade de assegurar a seriedade, a responsabilidade e o comprometimento das licitantes com as condições estabelecidas no edital, funcionando como mecanismo de proteção à Administração Pública contra desistências injustificadas, apresentação de propostas inexequíveis ou condutas que possam comprometer a regularidade e a eficiência do procedimento licitatório. Tal medida visa conferir maior segurança jurídica ao certame, reduzindo riscos de prejuízos administrativos decorrentes da retirada imotivada de propostas, da recusa injustificada em assinar o contrato ou da prática de atos incompatíveis com a boa-fé objetiva e com a lealdade processual que devem nortear as contratações públicas, constituindo instrumento legítimo para fortalecimento da segurança do procedimento licitatório, da competitividade responsável e da seleção de propostas efetivamente comprometidas com a futura execução contratual, em observância aos princípios da eficiência, da moralidade administrativa, da isonomia e do interesse público).

5.13.1. O valor da garantia de proposta será calculado individualmente, considerando o valor estimado de cada lote em que a licitante pretenda concorrer. Na hipótese de participação em mais de um lote, a garantia corresponderá a 1% (um por cento) da soma dos valores estimados de todos os lotes para os quais a licitante apresentar proposta, independentemente dos valores ofertados.

5.13.2. A licitante que participar de apenas um lote deverá apresentar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado exclusivamente daquele lote, não sendo exigida garantia calculada sobre o valor global estimado da licitação.

5.13.3. Será admitida a apresentação de garantia única que contemple a totalidade dos lotes disputados pela licitante, desde que seu valor corresponda, no mínimo, ao percentual exigido sobre a soma dos valores estimados desses lotes, observadas as modalidades e demais condições previstas neste Edital.

5.13.4. Caberá à licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia de proposta:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia (A garantia aqui tratada deverá ter validade de no mínimo 90 (noventa) dias consecutivos, a partir da data marcada para entrega das propostas);

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, nos termos do art. 96, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

5.13.5. A escolha da modalidade de garantia de proposta a ser apresentada será de exclusiva faculdade da licitante, podendo esta optar por qualquer das modalidades legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as exigências previstas neste edital. (A Administração Pública não poderá impor modalidade específica de garantia, cabendo à licitante eleger aquela que melhor atenda aos seus interesses e à sua capacidade operacional e financeira, em observância aos princípios da competitividade, da razoabilidade e da ampla participação, conforme previsto na legislação aplicável às contratações públicas).

5.13.6. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.13.7. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance em reais (R$), inferior ao último valor por ele ofertado e registrado no sistema.

6.7. O intervalo mínimo entre lances será de R$ 0,01 (um centavo), referente ao respectivo lote.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.9.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.9.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.1. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.15.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão observados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

6.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.16.2.2. empresas brasileiras;

6.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.16.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.16.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.16.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.16.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.16.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.16.8. Conforme o critério de julgamento e as peculiaridades do objeto, poderá ser exigida a apresentação de composição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta, bem como outros documentos aptos a demonstrar a exequibilidade e a compatibilidade dos preços ofertados, tais como notas fiscais, contratos, cotações, catálogos, documentos técnicos, planilhas demonstrativas, memória de cálculo ou outros elementos idôneos, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro, em sede de diligência, vedada a desclassificação automática sem prévia oportunidade de comprovação da viabilidade da proposta.

6.17. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

7.1.4. Lista de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado pela Administração e quanto à adequação técnica do objeto ofertado às especificações constantes do Termo de Referência, demais condições exigidas no edital e seus anexos.

7.6. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, com disputa, classificação e adjudicação independentes para cada um dos 16 (dezesseis) lotes e observância dos preços unitários máximos. A opção pelo agrupamento de itens afins e pela adjudicação por lote, em vez da adjudicação por item, fundamenta-se na justificativa específica constante do Termo de Referência. A proposta deverá abranger a integralidade dos itens e dos quantitativos do lote pretendido, vedada proposta parcial.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer, de modo insanável, às especificações técnicas estabelecidas no termo de referência quanto ao lote correspondente, hipótese em que a desclassificação afetará somente o lote em que houver a desconformidade, sem prejudicar automaticamente propostas regulares da mesma licitante em outros lotes;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de fornecimento de bens em geral, poderá constituir indício de inexequibilidade da proposta a apresentação de valores significativamente inferiores ao valor estimado pela Administração, especialmente quando incompatíveis com os preços praticados no mercado e com os custos necessários ao regular fornecimento do objeto.

7.8.1. A inexequibilidade somente será reconhecida após a realização de diligência pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, assegurada à licitante a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua proposta:

7.8.1.1. A diligência verificará se os custos dos materiais permanentes e das obrigações de fornecimento, transporte, entrega, carga, descarga, montagem ou instalação quando previstas, garantia e substituição são compatíveis com o preço global ofertado para o lote.

7.8.1.2. Para a análise da exequibilidade, serão considerados os preços e custos necessários à aquisição e ao fornecimento dos materiais permanentes, bem como logística, garantia, eventual instalação prevista e encargos assumidos pela licitante, facultada a realização de diligências nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.8.2. Quando houver indícios de inexequibilidade, inconsistência, omissão de custos ou incompatibilidade entre o preço ofertado e as obrigações previstas no edital, a licitante poderá ser convocada para demonstrar a viabilidade da proposta, mediante apresentação de composição de custos, notas fiscais, contratos, comprovações de fornecimento anterior, memória de cálculo, catálogos, documentos técnicos ou outros elementos aptos a comprovar a exequibilidade.

7.8.3. A eventual inexequibilidade somente será reconhecida após diligência, garantida à licitante a oportunidade de demonstrar a viabilidade da proposta, não sendo admitida a desclassificação automática baseada exclusivamente em percentual de desconto ou valor inferior ao estimado, salvo quando não comprovada a compatibilidade da proposta com os custos de execução do objeto;

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. Havendo a necessidade de suspensão da sessão do certame, o Agente de Contratação/Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame. Em qualquer fase da licitação o

Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico, dos assessores dos setores envolvidos na licitação, para orientar na sua decisão, atendendo integralmente todas as exigências e especificações do Termo de Referência e do edital.

7.14. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do "chat" e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnico-operacional e econômico-financeira será aquela prevista no Termo de Referência, observadas as exigências já estabelecidas neste edital e a Lei nº 14.133/2021.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4.1. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados preferencialmente por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, em campo próprio, quando disponível, admitida a apresentação por meio eletrônico diverso, inclusive e-mail institucional indicado no edital, apenas quando expressamente solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sede de diligência, complementação formal, esclarecimento ou diante de comprovada impossibilidade operacional do sistema.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10.1. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Será formalizada Ata de Registro de Preços de maneira individualizada por lote adjudicado, com indicação inequívoca do fornecedor adjudicatário correspondente, descrição e identificação dos itens, quantitativos, preços unitários registrados, valor global do lote e condições de fornecimento. A formalização poderá ocorrer em ata única, com discriminação autônoma de cada lote, ou em instrumentos separados, conforme a operação do sistema, preservadas as adjudicações independentes e o controle do saldo de cada item registrado.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação via e-mail: cplmiguelalvespi@gmail.com.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. apresentar proposta em desacordo insanável com as especificações deste edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação.

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. (Art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/21)

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos meios indicados anteriormente.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **14.11.1.** ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- **14.11.2.** ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- **14.11.3.** ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- **14.11.4.** ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- **14.11.5.** ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A REFERIDA EMPRESA NÃO ESTÁ CUMPRINDO PENALIDADE DE INIDONEIDADE, SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO;
- **14.11.6.** ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- **14.11.7.** ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA;
- **14.11.8.** ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO SERVIDOR PÚBLICO;
- **14.11.9.** ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E EXECUÇÃO DO

CONTRATO;

14.11.10. ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

14.11.11. ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS, NOS TERMOS DO ART. 63, §1° DA LEI 14.133/21;

14.11.12. ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

14.11.13. ANEXO XIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

14.11.14. ANEXO XIV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

Miguel Alves/PI, 09 de novembro de 2026

GILMAR SOUSA REBELO
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026 – SRP

- ANEXO I -
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo estabelecer os critérios necessários para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, visando à realização de **REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI**, conforme especificações, quantidades, condições de entrega e demais exigências constantes neste Termo de Referência e nos demais anexos do edital.

1.2. O escopo deste documento é estabelecer referencial técnico e operacional para orientar o Agente de Contratação/Pregoeiro e a Equipe de Apoio na análise da aceitabilidade das propostas, na verificação da conformidade dos produtos ofertados e na aferição da compatibilidade dos preços, prevenindo sobrepreço, inexequibilidade e fornecimento de bens em desconformidade com as especificações exigidas.

1.3. Os materiais permanentes deverão ser novos, sem uso anterior, adequados ao uso institucional, compatíveis com as especificações técnicas, requisitos de segurança, desempenho, durabilidade, eficiência e garantia previstos neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

2.1. A presente demanda tem por objeto o Registro de preço para a contratação de empresa para aquisição de materiais permanente para atender as necessidades da prefeitura municipal de Miguel Alves/PI.

2.2. A contratação justifica-se pela necessidade de equipar e manter em condições adequadas de funcionamento as unidades, setores e ambientes administrativos da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, atendendo às demandas das secretarias e dos órgãos municipais.

2.3. A aquisição dos materiais permanentes visa promover a estruturação de ambientes de trabalho, a reposição de equipamentos e mobiliário obsoletos e a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços públicos municipais, conforme necessidades formalmente identificadas.

2.4. A contratação busca racionalizar as aquisições e assegurar padronização técnica, durabilidade, controle patrimonial e economicidade, sem afastar a observância das especificações individuais dos itens descritos na planilha do Termo de Referência.

2.5. O Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições futuras, eventuais e parceladas de materiais permanentes, conforme as demandas das diferentes secretarias e órgãos municipais, sem compromisso de contratação integral dos quantitativos estimados.

2.6. O atendimento do objeto permitirá suprir necessidades institucionais de mobiliário, equipamentos e demais bens permanentes contemplados na planilha, promovendo melhores condições de funcionamento e continuidade dos serviços públicos.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

3.1. Este procedimento licitatório, bem como a contratação dele decorrente, será regido pelas normas estabelecidas pela Constituição Federal, pelas regras presentes na Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar n° 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal n° 01/2024 e demais dispositivos legais pertinentes. Além desta legislação, devem ser observados ainda os princípios que regem a atuação do Poder Público, em especial, o da legalidade, moralidade e eficiência.

4. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. Planilha detalhada dos itens, medidas, quantitativos e valores estimados.

4.2. A planilha a seguir organiza os 53 (cinquenta e três) itens em 16 (dezesseis) lotes por segmento de mercado e afinidade de fornecimento. A disputa e o julgamento ocorrerão pelo MENOR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE, de forma independente, observados os preços unitários máximos, as especificações e os quantitativos de cada item. Os licitantes poderão participar de um ou mais lotes, desde que ofertem todos os itens do respectivo lote.

LOTE 01 – CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
1	1	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 12.000 BTU/H, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	240	R$ 2.579,99	R$ 619.197,60
1	2	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 18.000 BTU/H, CICLO FRIO, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	120	R$ 2.899,00	R$ 347.880,00
1	3	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 24.000 BTU/H, CICLO FRIO, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	100	R$ 5.000,00	R$ 500.000,00
1	4	AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL INVERTER, 9.000 BTU/H, CICLO FRIO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	100	R$ 2.379,00	R$ 237.900,00
1	5	CLIMATIZADOR DE AR INDUSTRIAL, RESERVATÓRIO MÍNIMO 100 LITROS, RODÍZIOS, OSCILAÇÃO, CONTROLE DE VELOCIDADE, 220V, INDICADO PARA AMBIENTES AMPLOS.	UND	40	R$ 2.806,00	R$ 112.240,00
1	6	CLIMATIZADOR DE AR INDUSTRIAL, RESERVATÓRIO MÍNIMO 45 LITROS, RODÍZIOS, OSCILAÇÃO, CONTROLE DE VELOCIDADE, 220V, INDICADO PARA AMBIENTES AMPLOS.	UND	40	R$ 775,55	R$ 31.022,00
1	7	CLIMATIZADOR DE AR INDUSTRIAL, RESERVATÓRIO MÍNIMO 70 LITROS, RODÍZIOS, OSCILAÇÃO, CONTROLE DE VELOCIDADE, 220V, INDICADO PARA AMBIENTES AMPLOS.	UND	40	R$ 1.232,10	R$ 49.284,00
1	8	CORTINA DE AR 1,80M 220V	UND	40	R$ 620,42	R$ 24.816,80
1	9	EXAUSTOR INDUSTRIAL AXIAL DE PAREDE, DIÂMETRO DE 50 CM.	UND	32	R$ 1.275,38	R$ 40.812,16
1	10	VENTILADOR DE PAREDE 3 VELOCIDADES 60CM	UND	100	R$ 449,00	R$ 44.900,00
1	11	VENTILADOR COLUNA 50CM, C/6 PÁS, 3 VELOCIDADES.	UND	100	R$ 352,80	R$ 35.280,00
SUBTOTAL – LOTE 01						**R$ 2.043.332,56**

LOTE 02 – PURIFICAÇÃO E FORNECIMENTO DE ÁGUA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
2	1	PURIFICADOR DE ÁGUA, GELADA E NATURAL, 220V.	UND	40	R$ 890,19	R$ 35.607,60
2	2	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO 20 LITROS, ÁGUA NATURAL E GELADA, 220V, BANDEJA REMOVÍVEL.	UND	40	R$ 900,11	R$ 36.004,40
2	3	BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE DE 200 LITROS, 4 TORNEIRAS, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	40	R$ 4.651,98	R$ 186.079,20
SUBTOTAL – LOTE 02						**R$ 257.691,20**

LOTE 03 – COZINHA INDUSTRIAL E PREPARO PROFISSIONAL DE ALIMENTOS						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
3	1	BATEDEIRA INDUSTRIAL PLANETÁRIA DE BANCADA, TACHO EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, MOTOR MÍNIMO 1 CV, 3 VELOCIDADES, 220V, COM PROTEÇÃO DE SEGURANÇA.	UND	40	R$ 4.099,00	R$ 163.960,00
3	2	CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE 6 LITROS, AUTOMATICA, 220V.	UND	80	R$ 2.797,00	R$ 223.760,00
3	3	FOGÃO INDUSTRIAL C/06 BOCAS COM FORNO	UND	40	R$ 3.276,67	R$ 131.066,80
3	4	FOGÃO INDUSTRIAL C/06 BOCAS SEM FORNO	UND	40	R$ 1.998,00	R$ 79.920,00
3	5	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COPO EM AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 4 LITROS, ALTA ROTAÇÃO, 220V.	UND	40	R$ 1.252,20	R$ 50.088,00
3	6	CHAPA/SANDUICHEIRA AÇO INOX, A GAS, CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V.	UND	80	R$ 149,00	R$ 11.920,00
SUBTOTAL – LOTE 03						**R$ 660.714,80**

LOTE 04 – ELETRODOMÉSTICOS PARA COZINHA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
4	1	FOGÃO DOMÉSTICO A GAS 4 BOCAS	UND	40	R$ 1.200,00	R$ 48.000,00
4	2	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA, CAPACIDADE 50 LITROS, COM GRILL, AQUECIMENTO SUPERIOR E INFERIOR, TIMER E CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V.	UND	40	R$ 828,00	R$ 33.120,00
4	3	MICROONDAS COM CAPACIDADE 34 LITROS COM DISPLAY DIGITAL.	UND	20	R$ 1.400,00	R$ 28.000,00
4	4	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS DOMESTICO AÇO INOX, COM TRAVA DE SEGURANÇA, POTENCIA 5.500W, 220V.	UND	40	R$ 419,00	R$ 16.760,00
SUBTOTAL – LOTE 04						**R$ 125.880,00**

LOTE 05 – REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
5	1	FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE DE 303 LITROS, COM 2 TAMPAS	UND	32	R$ 2.549,00	R$ 81.568,00
5	2	FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE DE 437 LITROS, COM 2 TAMPAS	UND	32	R$ 3.883,00	R$ 124.256,00
5	3	FREEZER VERTICAL 249L	UND	32	R$ 4.629,36	R$ 148.139,52
5	4	FREZEER VERTICAL 337L	UND	32	R$ 5.940,08	R$ 190.082,56
5	5	FRIGOBAR 115L	UND	16	R$ 1.079,00	R$ 17.264,00
5	6	FRIGOBAR 93L	UND	16	R$ 1.595,00	R$ 25.520,00
5	7	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE 293 LITROS, VOLTAGEM 220V, 1 PORTA.	UND	80	R$ 2.238,20	R$ 179.056,00
5	8	REFRIGERADOR DUPLEX, CAPACIDADE 338 LITROS, 220V.	UND	80	R$ 3.903,76	R$ 312.300,80
SUBTOTAL – LOTE 05						**R$ 1.078.186,88**

LOTE 06 – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
6	1	ASPIRADOR DE PÓ E LÍQUIDOS, CAPACIDADE MÍNIMA 18 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA 1300W, ACESSÓRIOS, 220V.	UND	40	R$ 600,00	R$ 24.000,00
6	2	CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, ESTRUTURA RESISTENTE, COM ESPREMEDOR, BALDES, SACO COLETOR E RODÍZIOS.	UND	80	R$ 1.815,50	R$ 145.240,00
6	3	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL, PRESSÃO 1800 PSI, MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO, 220V.	UND	40	R$ 2.537,87	R$ 101.514,80
6	4	LIXEIRA EM AÇO INOX COM PEDAL E TAMPA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 30 LITROS.	UND	80	R$ 308,00	R$ 24.640,00
SUBTOTAL – LOTE 06						**R$ 295.394,80**

LOTE 07 – LAVANDERIA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
7	1	MAQUINA DE LAVAR ROUPA 14KG	UND	40	R$ 2.716,44	R$ 108.657,60
SUBTOTAL – LOTE 07						**R$ 108.657,60**

LOTE 08 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
8	1	ENCADERNADORA PERFURADORA, MANUAL, CAPACIDADE ENCARDENAÇÃO 270 FOLHAS.	UND	40	R$ 817,90	R$ 32.716,00
8	2	FRAGMENTADORA DE PAPEL, CAPACIDADE 10 FOLHAS, CESTO 13,2 LITROS, AUTOMATICO, 220V	UND	20	R$ 594,29	R$ 11.885,80
8	3	PLASTIFICADORA A3, SISTEMA QUENTE E FRIO, CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V.	UND	40	R$ 800,00	R$ 32.000,00
SUBTOTAL – LOTE 08						**R$ 76.601,80**

LOTE 09 – IMPRESSÃO TÉRMICA E IDENTIFICAÇÃO						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
9	1	IMPRESSORA PARA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, MONOCROMATICA, IMPRESSAO TERMICA, BIVOLT.	UND	20	R$ 1.252,18	R$ 25.043,60
9	2	IMPRESSORA DE PULSEIRA, MONOCROMATICA, IMPRESSAO TERMICA, BIVOLT.	UND	20	R$ 1.747,81	R$ 34.956,20
SUBTOTAL – LOTE 09						**R$ 59.999,80**

LOTE 10 – MOBILIÁRIO PARA RECEPÇÃO E ESPERA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
10	1	LONGARINA SECRETÁRIA ESTOFADA INJETADA 03 LUGARES	UND	80	R$ 788,00	R$ 63.040,00
10	2	LONGARINA SECRETÁRIA ESTOFADA INJETADA 04 LUGARES	UND	80	R$ 1.191,60	R$ 95.328,00
SUBTOTAL – LOTE 10						**R$ 158.368,00**

LOTE 11 – QUADROS, LOUSAS E COMUNICAÇÃO VISUAL						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
11	1	QUADRO BRANCO 200X120 LOUSA GRANDE MOLDURA ALUMINIO	UND	100	R$ 375,00	R$ 37.500,00
11	2	QUADRO BRANCO 90x60 LOUSA MOLDURA ALUMINIO	UND	80	R$ 185,98	R$ 14.878,40
11	3	QUADRO DE AVISO EM CORTIÇA, DIMENSÕES APROXIMADAS 1,20 X 0,90 M, MOLDURA EM ALUMÍNIO.	UND	80	R$ 89,90	R$ 7.192,00
SUBTOTAL – LOTE 11						**R$ 59.570,40**

LOTE 12 – EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
12	1	TELEVISOR SMART TV LED 43 POLEGADAS, FULL HD, WI-FI, ENTRADAS HDMI/USB, CONTROLE REMOTO, BIVOLT.	UND	32	R$ 2.953,55	R$ 94.513,60
12	2	TELEVISOR SMART TV LED 50 POLEGADAS, LED, WI-FI, ENTRADAS HDMI/USB, CONTROLE REMOTO, BIVOLT.	UND	32	R$ 3.985,14	R$ 127.524,48
SUBTOTAL – LOTE 12						**R$ 222.038,08**

LOTE 13 – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
13	1	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA RECARREGÁVEL, BIVOLT, AUTONOMIA MÍNIMA DE 3 HORAS, USO EM PAREDE OU BANCADA.	UND	100	R$ 63,30	R$ 6.330,00
SUBTOTAL – LOTE 13						**R$ 6.330,00**

LOTE 14 – MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
14	1	CARRINHO PLATAFORMA PARA CARGA, ESTRUTURA EM AÇO, CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG, QUATRO RODÍZIOS.	UND	80	R$ 680,50	R$ 54.440,00
SUBTOTAL – LOTE 14						**R$ 54.440,00**

LOTE 15 – RECIPIENTE PARA GLP						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
15	1	BOTIJAO GLP 13KG VASILHAME	UND	200	R$ 246,67	R$ 49.334,00
SUBTOTAL – LOTE 15						**R$ 49.334,00**

LOTE 16 – GERAÇÃO DE ENERGIA						
LOTE	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÕES**	**UND**	**QUANT**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
16	1	GERADOR DE ENERGIA A DIESEL 7,5KVA 220V	UND	16	R$ 8.649,92	R$ 138.398,72
SUBTOTAL – LOTE 16						**R$ 138.398,72**

4.3. Todos os materiais permanentes deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em condições adequadas de funcionamento, acompanhados dos manuais e termos de garantia quando aplicáveis, e deverão atender às características técnicas, normas de segurança e desempenho indicadas na planilha.

4.4. Para fins de análise da proposta e verificação da conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos, o licitante deverá informar, de forma clara e individualizada, a marca e o fabricante dos itens que compõem os materiais permanentes, bem como apresentar, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, prospecto, laudo, certificação ou documento equivalente que permita aferir as características técnicas, dimensionais, de segurança, qualidade, composição e compatibilidade dos produtos ofertados. A indicação de marca e

fabricante pelo licitante possui caráter meramente identificador do produto proposto, não implicando direcionamento da contratação, sendo vedada a oferta de itens que não atendam integralmente às condições, padrões mínimos e especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

5. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor global estimado da contratação, correspondente ao somatório dos 16 (dezesseis) lotes, é de **R$ 5.394.938,64 (cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, observados os limites estimados para cada lote e os preços unitários de referência discriminados na planilha.

5.2. As quantidades constantes deste Termo de Referência são estimativas de consumo, não obrigando ao órgão Gerenciador a aquisição de sua totalidade.

6. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Administração do Município de Miguel Alves/PI, responsável pelo gerenciamento da ata e pelo acompanhamento das contratações decorrentes, observada a regulamentação municipal aplicável.

6.2. Serão órgãos participantes os órgãos e secretarias municipais formalmente integrantes do procedimento, conforme demandas e quantitativos registrados nos autos, observadas as condições da Ata e do Termo de Referência.

7. DA ATA DE REGISTRO E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens, para contratações futuras. Neste sistema, as aquisições serão realizadas quando melhor convier à Administração, sem que haja obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

7.2. Desta licitação será firmada uma Ata de Registro de Preços (ARP), sendo documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis. Caso necessite, a Prefeitura Municipal efetuará as aquisições nas quantidades julgadas necessárias, observados os preços registrados no certame e as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

7.3. A Ata de Registro de Preços identificará separadamente cada lote adjudicado e seu respectivo fornecedor, discriminando todos os itens, descrições, quantitativos estimados, preços unitários e valor global, vedada a vinculação de adjudicações de lotes distintos. O controle das requisições e dos saldos será realizado por item, sem afastar o julgamento e a adjudicação pelo preço global do lote.

7.4. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.5. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

7.6. A licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado ou havendo recusa em fazê-lo, dela será excluída, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

7.7. É facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, devendo ser observado a existência de cadastro de reserva, observados os requisitos habilitatórios, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em edital e demais cominações legais.

7.8. A Ata deverá ser assinada por representante legal, diretor, sócio ou procurador devidamente constituído da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, do contrato social e/ou instrumento procuratório, acompanhados dos documentos pessoais do representante.

7.9. Ao assinar a Ata de Registro de Preços o beneficiário da mesma obriga-se a fornecer os materiais permanentes registrados em ata, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

7.10. Estando a ARP devidamente assinada e tendo sido cumpridos os requisitos quanto a sua publicidade, considera-se firmado o compromisso de execução do objeto nas condições estabelecidas.

7.11. A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência da aquisição ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.12. O presente edital e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) licitante(s) vencedor(es) deste certame, farão parte integrante da ARP, independente de transcrição.

7.13. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Miguel Alves/PI e facultativamente no Diário Oficial do Estado do Piauí e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal durante sua vigência, bem como perante o Departamento de Licitações e Contratos deste ente público.

7.14. Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- **a)** Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de bens ou itens a serem fornecidos, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização.
- **b)** Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes.
- **c)** Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório, bem como conduzir e realizar a necessária licitação.
- **d)** Gerenciar a ata de registro de preços.
- **e)** Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.
- **f)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório.
- **g)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

7.15. O Órgão Participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao Órgão Gerenciador de sua estimativa de bens a serem adquiridos ou itens a serem fornecidos, local de execução e, quando couber, cronograma

de contratação, respectivas especificações ou Termo de Referência, nos termos da Lei, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

a) Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente.

b) Manifestar, junto ao Órgão Gerenciador, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório.

c) Tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

d) Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

7.16. Será incluído na ARP na forma de anexo o registro de preços dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação de ordem da última proposta apresentada pelas respectivas licitantes durante a fase competitiva do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

7.16.1. O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no prazo legal, bem como no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, e sucessivamente.

7.16.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem anterior será efetuada na hipótese prevista na legislação e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

8. DA FIXAÇÃO DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O julgamento será realizado por MENOR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE, com disputa, classificação e adjudicação autônomas entre os 16 (dezesseis) lotes da planilha do Termo de Referência. Serão vedadas propostas parciais dentro de um mesmo lote e propostas com valores unitários superiores aos respectivos preços máximos de referência.

8.2. O parcelamento do objeto em lotes homogêneos por segmento de mercado está fundamentado na análise da natureza e da afinidade dos bens, com o objetivo de ampliar a competitividade, preservar as condições de fornecimento e evitar a concentração artificial de itens de mercados distintos em um único agrupamento.

9. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO EM LOTES POR SEGMENTO DE MERCADO

9.1. O objeto foi parcelado em 16 (dezesseis) lotes compostos por itens de mesma natureza ou afinidade mercadológica, em substituição ao lote único anteriormente previsto. A divisão considera os ramos usuais de comercialização e fornecimento dos bens, preservando as características técnicas e operacionais necessárias à execução de cada parcela e permitindo a participação de empresas especializadas nos respectivos segmentos.

9.2. Conforme a pesquisa de mercado que fundamenta a contratação, verifica-se a existência de fornecedores aptos ao fornecimento integral dos itens integrantes de cada lote, sem perda relevante de economia de escala e sem restrição indevida à disputa. O agrupamento por segmento

não exige que um único licitante detenha capacidade para fornecer bens de natureza mercadológica distinta, favorecendo a pluralidade de competidores.

9.3. O parcelamento atende ao art. 40, inciso V, alínea "b", e § 2º, e ao art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, em consonância com a Súmula nº 247 do TCU e com as orientações do Tribunal quanto à necessidade de motivação do agrupamento e à ampliação da competitividade. O lote foi utilizado apenas onde a afinidade dos itens, a dinâmica de fornecimento e a análise econômica justificam seu agrupamento.

9.4. O recebimento, a fiscalização, as requisições e os pagamentos serão apurados pelos quantitativos de itens efetivamente entregues e aceitos, utilizando-se os preços unitários registrados, sem alterar a adjudicação por menor preço global do respectivo lote.

9.5. A estrutura por lotes visa ampliar a participação de fornecedores, inclusive empresas especializadas e de menor porte, viabilizando propostas independentes por segmento de mercado.

10. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

10.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do sistema, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.10.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.10.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.10.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.10.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.10.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10.8. Cópia da documentação pessoal – Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) – do titular ou sócios da empresa interessada.

10.11. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL – SOCIAL E TRABALHISTA

10.11.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, de antecedência da data de abertura das Propostas;

10.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, e de seu representante legal ou sócios que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.11.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, dentro do prazo de validade;

10.11.5. QSA - Quadro de Sócios e Administradores, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, de antecedência da data de abertura das Propostas;

10.11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, nos termos da Portaria MTE 1.421, de 12 de setembro de 2014, e de seu representante legal ou sócios que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.11.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.11.8. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.11.9. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11.10. Serão consideradas como prova de regularidade, perante as Fazendas, as Certidões constando que os débitos se encontram parcelados e com suas parcelas quitadas nos respectivos vencimentos ou, que os débitos estão ajuizados e garantidos com penhoras de bens ou, ainda, os que estejam com suas exigibilidades suspensas.

10.11.11. Em face ao disposto no artigo 43 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2.006, as microempresas e empresas de pequeno porte, participantes, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas apresentem restrições.

10.11.12. Se a empresa estiver em processo de recuperação judicial, estará desobrigada de atender as exigências deste item, devendo apresentar o Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no Edital.

10.12. HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.12.1. A qualificação técnico-operacional será comprovada por um ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrativos do fornecimento anterior satisfatório de bens de natureza e complexidade compatíveis com as parcelas relevantes dos lotes pretendidos. A avaliação da qualificação técnica observará expressamente os critérios específicos do item 10.12.5, sem exigir experiência anterior

com todos os produtos do lote, identidade de marca ou modelo, ou experiência com produtos de especificações secundárias idênticas.

10.12.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, serão aceitos atestados referentes ao fornecimento de materiais permanentes, equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos, aparelhos e demais bens que apresentem características, natureza, finalidade ou complexidade de fornecimento semelhantes ou compatíveis com os bens integrantes dos respectivos lotes licitados, não sendo exigida identidade absoluta entre os produtos anteriormente fornecidos e aqueles constantes do Termo de Referência. A análise considerará a efetiva aptidão da licitante para o fornecimento dos bens, vedadas interpretações excessivamente restritivas que comprometam a competitividade do certame.

10.12.3. Considerando que o objeto da presente licitação está dividido em 16 (dezesseis) lotes, compostos por diferentes categorias de materiais permanentes, a comprovação da capacidade técnica será analisada individualmente em relação ao(s) lote(s) para o(s) qual(is) a licitante apresentar proposta, admitindo-se a utilização de um mesmo atestado para comprovação da capacidade técnica em mais de um lote, desde que o documento demonstre experiência compatível com os respectivos fornecimentos. Não será exigida a apresentação de atestado específico para cada item integrante de um mesmo lote, sendo suficiente a demonstração da capacidade técnico-operacional compatível com a natureza e as características essenciais do fornecimento pretendido.

10.12.4. Os atestados de capacidade técnica deverão conter informações suficientes para permitir a identificação do emitente e a verificação da experiência declarada, preferencialmente com indicação da razão social, CNPJ, endereço e dados de contato da pessoa jurídica emitente, descrição dos bens fornecidos, quantitativos, quando disponíveis, período ou data do fornecimento, identificação e assinatura do responsável pela emissão. A ausência de informações meramente formais não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, desde que seja possível verificar a autenticidade do documento e a compatibilidade do fornecimento, facultada à Administração a realização de diligências para esclarecimento ou complementação das informações, observados os limites estabelecidos no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12.5. Para a qualificação técnico-operacional, serão exigidos atestados demonstrativos do fornecimento anterior de bens similares e de complexidade de suprimento equivalente ou superior às parcelas identificadas, no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das respectivas quantidades estimadas, admitido o somatório de atestados e o arredondamento da fração para a unidade superior. A seleção das parcelas considera a representatividade financeira de cada item no respectivo lote, apurada pelo parâmetro de valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado do lote, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e a relevância operacional de preservar fornecimento regular de bens permanentes sujeitos a transporte, acondicionamento, entrega parcelada e obrigações de garantia e substituição. A exigência quantitativa de 50%, limite máximo admitido pelo art. 67, § 2º, foi escolhida para demonstrar capacidade prévia de atender demanda de escala materialmente representativa, mitigando riscos de atrasos, indisponibilidade logística e entregas incompletas, sem exigir experiência equivalente à totalidade do futuro fornecimento. Sua adoção uniforme permite aferição objetiva e tratamento isonômico de fornecedores dos diferentes lotes. Os atestados poderão envolver bens SIMILARES, de mesma família funcional ou complexidade de fornecimento, inclusive equivalentes em porte e aplicação, sendo vedada a exigência de marca, modelo, fabricante, aquisição anterior por órgão público determinado ou

comprovação de fornecimento anterior de TODOS os itens do lote. A mesma experiência poderá ser aproveitada para mais de uma parcela ou lote, quando comprovadamente compatível, vedada contagem fictícia de quantidades incompatíveis. A aferição dos quantitativos será realizada por parcela ou por equivalência técnica fundamentada pela equipe técnica, sem interpretação que inviabilize injustificadamente a competição.

10.12.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA SELEÇÃO DAS PARCELAS E DA EXIGÊNCIA QUANTITATIVA: O Município pretende adquirir bens permanentes de distintas classes e valores, com entrega sob demanda e possibilidade de requisições de diversos órgãos. A falha no suprimento de itens financeiramente expressivos pode comprometer a operacionalidade das unidades demandantes, gerar custos de substituição, atraso de instalação e indisponibilidade de equipamentos. Por essa razão, os itens foram selecionados como candidatos à comprovação de experiência com base em sua participação no valor estimado de cada lote, superior ou igual ao parâmetro de 4%. A escolha de 50% busca aferir experiência em escala relevante, mas inferior à obrigação total futura, admitindo atestados cumulativos e bens equivalentes para diminuir barreiras de acesso.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL PERMANENTE	UNID.	QUANT. EDITAL	% NO LOTE	ATESTADO MÍNIMO (50%)
1	1	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 12.000 BTU/H, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	240	30,30%	120
	2	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 18.000 BTU/H, CICLO FRIO, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	120	17,03%	60
	3	AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 24.000 BTU/H, CICLO FRIO, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	100	24,47%	50
	4	AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL INVERTER, 9.000 BTU/H, CICLO FRIO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, CONTROLE REMOTO, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	100	11,64%	50
	5	CLIMATIZADOR DE AR INDUSTRIAL, RESERVATÓRIO MÍNIMO 100 LITROS, RODÍZIOS, OSCILAÇÃO, CONTROLE DE VELOCIDADE, 220V, INDICADO PARA AMBIENTES AMPLOS.	UND	40	5,49%	20
2	1	PURIFICADOR DE ÁGUA, GELADA E NATURAL, 220V.	UND	40	13,82%	20
	2	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO 20 LITROS, ÁGUA NATURAL E GELADA, 220V, BANDEJA REMOVÍVEL.	UND	40	13,97%	20
	3	BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE DE 200 LITROS, 4 TORNEIRAS, 220V, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	40	72,21%	20
3	1	BATEDEIRA INDUSTRIAL PLANETÁRIA DE BANCADA, TACHO EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, MOTOR MÍNIMO 1 CV, 3 VELOCIDADES, 220V, COM PROTEÇÃO DE SEGURANÇA.	UND	40	24,82%	20
	2	CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE 6 LITROS, AUTOMATICA, 220V.	UND	80	33,87%	40
	3	FOGÃO INDUSTRIAL C/06 BOCAS COM FORNO	UND	40	19,84%	20
	4	FOGÃO INDUSTRIAL C/06 BOCAS SEM FORNO	UND	40	12,10%	20
	5	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COPO EM AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 4 LITROS, ALTA ROTAÇÃO, 220V.	UND	40	7,58%	20
4	1	FOGÃO DOMÉSTICO A GAS 4 BOCAS	UND	40	38,13%	20
	2	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA, CAPACIDADE 50 LITROS, COM GRILL, AQUECIMENTO SUPERIOR E INFERIOR, TIMER E CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V.	UND	40	26,31%	20
	3	MICROONDAS COM CAPACIDADE 34 LITROS COM DISPLAY DIGITAL.	UND	20	22,24%	10
	4	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS DOMESTICO AÇO INOX, COM TRAVA DE SEGURANÇA, POTENCIA 5.500W, 220V.	UND	40	13,31%	20

5	1	FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE DE 303 LITROS, COM 2 TAMPAS	UND	32	7,57%	16
	2	FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE DE 437 LITROS, COM 2 TAMPAS	UND	32	11,52%	16
	3	FREEZER VERTICAL 249L	UND	32	13,74%	16
	4	FREZEER VERTICAL 337L	UND	32	17,63%	16
	7	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE 293 LITROS, VOLTAGEM 220V, 1 PORTA.	UND	80	16,61%	40
	8	REFRIGERADOR DUPLEX, CAPACIDADE 338 LITROS, 220V.	UND	80	28,97%	40
6	1	ASPIRADOR DE PÓ E LÍQUIDOS, CAPACIDADE MÍNIMA 18 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA 1300W, ACESSÓRIOS, 220V.	UND	40	8,12%	20
	2	CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, ESTRUTURA RESISTENTE, COM ESPREMEDOR, BALDES, SACO COLETOR E RODÍZIOS.	UND	80	49,17%	40
	3	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL, PRESSÃO 1800 PSI, MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO, 220V.	UND	40	34,37%	20
	4	LIXEIRA EM AÇO INOX COM PEDAL E TAMPA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 30 LITROS.	UND	80	8,34%	40
7	1	MAQUINA DE LAVAR ROUPA 14KG	UND	40	100,00%	20
8	1	ENCADERNADORA PERFURADORA, MANUAL, CAPACIDADE ENCARDENAÇÃO 270 FOLHAS.	UND	40	42,71%	20
	2	FRAGMENTADORA DE PAPEL, CAPACIDADE 10 FOLHAS, CESTO 13,2 LITROS, AUTOMATICO, 220V	UND	20	15,52%	10
	3	PLASTIFICADORA A3, SISTEMA QUENTE E FRIO, CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V.	UND	40	41,77%	20
9	1	IMPRESSORA PARA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, MONOCROMATICA, IMPRESSAO TERMICA, BIVOLT.	UND	20	41,74%	10
	2	IMPRESSORA DE PULSEIRA, MONOCROMATICA, IMPRESSAO TERMICA, BIVOLT.	UND	20	58,26%	10
10	1	LONGARINA SECRETÁRIA ESTOFADA INJETADA 03 LUGARES	UND	80	39,81%	40
	2	LONGARINA SECRETÁRIA ESTOFADA INJETADA 04 LUGARES	UND	80	60,19%	40
11	1	QUADRO BRANCO 200X120 LOUSA GRANDE MOLDURA ALUMINIO	UND	100	62,95%	50
	2	QUADRO BRANCO 90x60 LOUSA MOLDURA ALUMINIO	UND	80	24,98%	40
	3	QUADRO DE AVISO EM CORTIÇA, DIMENSÕES APROXIMADAS 1,20 X 0,90 M, MOLDURA EM ALUMÍNIO.	UND	80	12,07%	40
12	1	TELEVISOR SMART TV LED 43 POLEGADAS, FULL HD, WI-FI, ENTRADAS HDMI/USB, CONTROLE REMOTO, BIVOLT.	UND	32	42,57%	16
	2	TELEVISOR SMART TV LED 50 POLEGADAS, LED, WI-FI, ENTRADAS HDMI/USB, CONTROLE REMOTO, BIVOLT.	UND	32	57,43%	16
13	1	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA RECARREGÁVEL, BIVOLT, AUTONOMIA MÍNIMA DE 3 HORAS, USO EM PAREDE OU BANCADA.	UND	100	100,00%	50
14	1	CARRINHO PLATAFORMA PARA CARGA, ESTRUTURA EM AÇO, CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG, QUATRO RODÍZIOS.	UND	80	100,00%	40
15	1	BOTIJAO GLP 13KG VASILHAME	UND	200	100,00%	100
16	1	GERADOR DE ENERGIA A DIESEL 7,5KVA 220V	UND	16	100,00%	8

10.12.7. A licitante deverá apresentar declaração de que dispõe ou disporá, até o início da execução contratual, de estrutura operacional, recursos materiais, meios de transporte e logística necessários ao adequado fornecimento dos materiais permanentes, comprometendo-se a realizar a entrega dos bens nos locais indicados pela Administração Municipal, observados os prazos, as quantidades e as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nas respectivas ordens de fornecimento, incluindo transporte,

carga, descarga, montagem ou instalação, quando expressamente previstas, bem como garantia, assistência e substituição dos produtos defeituosos, sem custos adicionais para a Administração.

10.12.8. A Administração poderá promover diligências destinadas à verificação da autenticidade dos atestados apresentados, à confirmação das informações prestadas e à aferição da efetiva capacidade técnico-operacional da licitante, inclusive mediante solicitação de documentos complementares relacionados a condições preexistentes à abertura do certame, observadas as disposições do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021. A avaliação dos documentos deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, não sendo admitida a imposição de exigências não previstas no Edital ou incompatíveis com a natureza do objeto licitado.

10.13. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.13.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, e de seu representante legal ou sócios, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão e de execução civel expedida pelo distribuidor da sede da empresa e dos sócios. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

10.13.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.13.2.1. A boa situação financeira a que se refere o item acima será extraída dos elementos constantes no balanço patrimonial da empresa licitante e demais demonstrações contábeis através das seguintes fórmulas contábeis:

I - ILG (Índice de Liquidez Geral), maior ou igual a 1,0, aplicando a seguinte fórmula:
ILG = AC+RLP/PC+ELP, onde:
AC = Ativo circulante
RLP = Realizável a longo prazo
PC = Passivo circulante
ELP = Exigível a longo prazo
II – ILC (Índice de Liquidez Corrente), maior ou igual a 1,0, aplicando a seguinte fórmula:
ILC = AC/PC, onde:
AC = Ativo circulante
PC = Passivo circulante

III – ET (Endividamento Total), menor ou igual a 1,0, aplicando a seguinte fórmula:
ET = ET/AT, onde: ET = Exigível total AT = Ativo total.

10.13.2.2. Os índices de que trata este subitem serão calculados e apresentados pelo licitante, devidamente confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

10.13.2.3. O balanço patrimonial deve ser acompanhado da Certidão de Registro Profissional (CRP) emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do responsável por sua contabilidade devidamente atualizado e vigente.

10.13.2.4. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, § 5°, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva; foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

10.13.2.5. Os balanços das sociedades anônimas deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial.

10.13.2.6. Aos demais tipos societários, a Comissão de Licitação poderá solicitar a apresentação da cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrado pelo órgão de Registro de Comércio, onde é extraído o balanço patrimonial, para fins de comprovação das informações.

10.14. OUTROS DOCUMENTOS E EXIGÊNCIAS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO:

10.14.1. Apresentar Certidão de Inteiro Teor, com prazo de emissão de no máximo 30 (trinta) dias da data da abertura da sessão de licitação.

10.14.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

10.14.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

10.14.4. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa, acompanhada de Declaração de localização e funcionamento com (Georreferenciadas) que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). O item é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas “fantasmas” ou qualquer outro tipo.

10.14.5. O Georreferenciamento com fotos podem ser realizados gratuitamente por aplicativos gratuitos (basta pesquisar em site de pesquisa (georreferenciar fotos). Justifica-se o pedido por oportunidade e conveniência para localizar empresas com facilidade e para localização em caso de diligência, e não ter que se amparar com empresas fantasmas.

10.14.6. DECLARAÇÃO firmada pela empresa licitante de acordo com o modelo no anexo ao edital, quanto ao uso de mão-de-obra de menor, constando que não mantém relação e trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 anos e de qualquer trabalho com menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme o disposto nos incisos XXXIII do art. 7° da Constituição Federal e inciso VI do art. 68, da Lei n° 14.133/21.

10.14.7. DECLARAÇÃO que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento.

10.14.8. DECLARAÇÃO da inexistência de fato impeditivo para a habilitação da empresa interessada, conforme o modelo anexado ao edital.

10.14.9. DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta, na qual a empresa informe o sigilo da mesma em relação a integrantes da Administração Pública e demais licitantes, nos termos do modelo em anexo ao ato convocatório.

10.14.10. DECLARAÇÃO aduzindo que a firma concorrente não possui em seu quadro servidor ou dirigente deste órgão contratante e responsável pela licitação, em virtude da vedação legal, conforme modelo em anexo.

10.14.11. DECLARAÇÃO realizada pela empresa licitante informando que tem ciência das condições do certame licitatório e da execução contratual, da forma apesentada no modelo anexo ao edital de licitação.

10.14.12. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.14.13. DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

10.14.14. Documentos que não tenham prazos de validade explicitados no próprio corpo devem ser expedidos no máximo 60 (sessenta) dias antes da abertura deste processo.

11. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

11.1. O fornecimento dos materiais permanentes será realizado de forma parcelada, conforme a demanda das secretarias e órgãos participantes, mediante emissão de ordem de fornecimento.

11.2. Os materiais permanentes deverão ser entregues nos endereços indicados na ordem de fornecimento pela unidade requisitante, arcando a contratada com todos os custos de transporte, frete, carga e descarga e demais obrigações previstas.

11.3. O prazo de entrega será aquele estabelecido na ordem de fornecimento, observadas as condições previstas no edital, no Termo de Referência e na proposta da contratada.

11.4. O não cumprimento injustificado dos prazos e condições estabelecidos sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

12. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. Os bens serão entregues nos locais indicados pela Administração, em conformidade com o Termo de Referência, a proposta, a ordem de fornecimento e o contrato, sem ônus adicional.

12.2. O objeto licitado será recebido:

a) provisoriamente, no ato da entrega dos materiais permanentes, para conferência preliminar de quantidade, integridade, identificação e condições de acondicionamento, sem prejuízo da verificação técnica posterior;

b) definitivamente, após verificação das características técnicas, qualidade, quantidade, funcionamento e conformidade dos materiais permanentes com o Termo de Referência, mediante atesto do setor competente;

12.3. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

12.4. Acaso insatisfatória a verificação dos produtos, será lavrado termo de recusa, no qual serão consignadas as desconformidades verificadas, devendo os itens ser substituídos no prazo máximo determinado pelo setor competente, contado da comunicação formal da Administração.

12.4.1. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará à empresa vencedora incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.

12.4.2. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da empresa vencedora.

12.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o Item 12.2, letra "b", não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

13.1. Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste procedimento licitatório, bem como das obrigações decorrentes do contrato, cabe à Contratada:

a) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação, inclusive materiais, transporte, frete, carga, descarga, seguros, impostos, contribuições, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

b) Entregar os bens objeto da presente licitação de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e do edital, inclusive quanto aos prazos, condições e locais de entrega.

c) Assumir todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

d) Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando todos os recursos materiais, logísticos e humanos necessários ao fornecimento adequado do objeto.

e) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

f) Garantir a qualidade dos bens fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, correção ou reparação, às suas expensas, de qualquer item entregue em desacordo com as especificações do edital, Termo de Referência, proposta ou contrato.

g) Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada.

h) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos causados ou originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra o Contratante por terceiros.

i) Fornecer materiais permanentes novos, sem uso anterior, em conformidade com as especificações e quantidades da ordem de fornecimento e com as condições do Termo de Referência.

j) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da entrega, garantia ou substituição dos bens fornecidos.

k) Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

l) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo quando houver autorização expressa da Administração e desde que não haja prejuízo à responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE

14.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei n° 14.133/21 e de outras disposições já previstas no edital e seus anexos, são obrigações do Município de Miguel Alves/PI, por intermédio de suas secretarias, fundos e órgãos:

a) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Contratante para entrega dos produtos proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

b) Receber os bens, verificando as condições de entrega e a conformidade com as especificações constantes da nota fiscal, ordem de fornecimento, edital, Termo de Referência e proposta.

c) Efetuar o pagamento no prazo estabelecido, após o recebimento definitivo, atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal competente e comprovação da regularidade exigida para pagamento.

d) Rejeitar, no todo ou em parte, mediante justificativa, materiais permanentes entregues em desacordo com as especificações contratadas.

e) Promover por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido neste Termo ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para o Contratante.

f) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.

15.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal competente, acompanhada da documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, quando cabível.

16.2. A nota fiscal/fatura deverá apresentar a discriminação dos bens fornecidos e, quando aplicável, dos demais componentes fornecidos.

16.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação

devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos.

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Município de Miguel Alves/PI, segundo as disposições estabelecidas na Lei n° 14.133/21, Decretos Municipais e normas e princípios gerais dos contratos.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Informações complementares acerca dos temas tratados neste Termo de Referência poderão ser solicitadas à Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, cujo Centro Administrativo fica localizado nesta cidade na Rua Mariano Mendes, n° 33, Centro, CEP: 64.130-000, em dias úteis as 08 h e 00 min às 14 h e 00 min.

- ANEXO II -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], após exame dos documentos que compõem o presente procedimento licitatório, propomos fornecer os bens constantes desta Proposta de Preços, incluindo entrega, garantia e substituição de itens defeituosos, quando necessário, pelo valor total de R$ [...] [valor total da proposta por extenso], conforme planilha de preços apresentada.

Informamos que os preços ofertados são firmes e irreajustáveis durante o prazo e validade desta proposta e que estão inclusos nesses preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretos e/ou indiretos. São de nossa inteira responsabilidade as diferenças que porventura venham a ocorrer, resultantes de omissão ou incorreção na cotação da proposta.

Prazo de entrega dos bens: [...] dias.
Prazo de Validade da Proposta de [...] dias.
Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, CNPJ n° [...], Inscrição Estadual e inscrição Municipal, se houver, Banco, nome, n°, Agência e Conta corrente.

Comprometemo-nos, caso vencedores, a fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas pelo Município de Miguel Alves/PI, pelos preços unitários e nos prazos constantes desta Proposta de Preços.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO III -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], para cumprimento do previsto no inciso I do artigo 63 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO IV -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva presente).

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO V -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A REFERIDA EMPRESA NÃO ESTÁ CUMPRINDO PENALIDADE DE INIDONEIDADE, SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], com vistas ao credenciamento junto ao Município de Miguel Alves/PI, para participação no presente certame, declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO VI -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação acima referido, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO VII -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para fins de atendimento às exigências editalícias, sob as penas da legislação, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela licitante e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração do Município de Miguel Alves/PI antes da abertura oficial das propostas, e;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-las.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO VIII -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO SERVIDOR PÚBLICO

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para fins do disposto na legislação, que não possui no seu quadro de pessoal servidores públicos do Município de Miguel Alves/PI, exercendo funções de gerência, administração, tomada de decisão ou assessoramento, na forma do Art. 9°, §1°, da Lei n° 14.133/21, para fins a que venha impedir de participar de licitações em órgãos da Administração Pública licitante.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO IX -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para fins de habilitação neste certame licitatório, que:

a) Encontra-se ciente das condições da licitação e tem conhecimento de todas as informações, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e obteve todos os esclarecimentos necessários à formulação da proposta;

b) Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, observando o disposto nos normativos vigentes;

c) Que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI;

d) Compromete-se a fornecer os bens de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal, inclusive prazos, disponibilizando os recursos materiais e humanos necessários e que tomará todas as medidas para assegurar a qualidade dos bens.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO X -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para fins do disposto na legislação, que os bens são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei n° 14.133/21.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO XI -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS, NOS TERMOS DO ART. 63, §1° DA LEI 14.133/21

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, para todos os fins legais para todos os fins legais e em atendimento art. 63, §1° da Lei 14.133/21, que possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO XII -

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Ao Sr. Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Miguel Alves/PI,

[Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n° [...], estabelecida no [Endereço], por intermédio de seu representante legal Sr(a). [Nome], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Local e data]
[Nome e assinatura do representante legal]

[Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa emissora]

- ANEXO XIII -

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° [.....]/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026 - SRP

Aos [.....] dias do mês de [.....] do ano de dois mil e [.....], o **MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES**, estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° [.....], estabelecido na [.....] em Miguel Alves/PI, neste ato representado por [.....], brasileiro, casado, trabalhador rural, portador da Cédula de Identidade/RG n° [.....] SSP PI e inscrito no CPF n° [.....], estabelecido na [.....] em Miguel Alves/PI, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** do registro de preços, **RESOLVE** registrar os preços da firma [**DENOMINAÇÃO SOCIAL**], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° [.....], sediada na [.....], neste ato representada pelo Sr(a). [.....], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....], neste ato denominada simplesmente **EMPRESA DETENTORA** dos valores e itens registrados.

As partes acima qualificadas, tendo entre si justo e avençado, celebram a presente Ata de Registro de Preços (ARP), oriunda do Pregão Eletrônico n° 024/2026 – SRP instruído através do Processo Administrativo n° 6157/2026 – PMMA, sujeitando-se as partes às regras do edital de licitação, normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI**, conforme especificações do Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico originário deste instrumento, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Administração do Município de Miguel Alves/PI, conforme os órgãos e quantitativos indicados no procedimento.

2.2. Serão Órgãos Participantes da Ata de Registro de Preços a ser elaborada, após a adjudicação e a homologação deste Pregão, os órgãos e entidades adiante elencados: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Juventude; Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; Secretaria Municipal de Comunicação; Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito; Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Saneamento; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes; Hospital Municipal Pedro Vasconcelos; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Fundo Municipal de Saúde (FMS); e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1. O registro de preços ora instrumentalizado é regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 001/2024, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo edital, pelo Termo de Referência, pela proposta registrada e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade estimada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) encontra(m)-se detalhadas na tabela abaixo:

Item	Especificação	Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa Detentora
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

Dos limites para as adesões
5.6. Desde que devidamente justificada a vantagem e observadas as disposições legais aplicáveis, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, mediante anuência prévia do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor registrado.
5.6.1. Os órgãos e entidades não participantes que desejarem aderir à Ata de Registro de Preços deverão encaminhar consulta formal ao órgão gerenciador, acompanhada da justificativa da vantagem da adesão, da demonstração da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado e da comprovação da adequação do objeto às suas necessidades.

5.6.2. O órgão gerenciador poderá condicionar a autorização da adesão à apresentação de estudo técnico pelo órgão ou entidade não participante, demonstrando o ganho de eficiência, a viabilidade, a economicidade e a vantajosidade da utilização da Ata de Registro de Preços.
5.6.3. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada item da Ata de Registro de Preços.
5.6.4. O quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro dos quantitativos registrados para cada item da Ata de Registro de Preços, independentemente do número de adesões realizadas.
5.6.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação ou aquisição no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.
5.6.6. Compete ao órgão ou entidade não participante a prática de todos os atos relativos à gestão e fiscalização da contratação decorrente da adesão, inclusive quanto à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, à aplicação de penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como à comunicação das ocorrências ao órgão gerenciador.
5.7. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser admitida para fins de execução descentralizada de programas ou projetos federais, desde que demonstrada a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.
6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.4.2.1. Aceitarem cotar os materiais permanentes integrantes do(s) lote(s) correspondente(s) com preços iguais aos do respectivo adjudicatário, observada a classificação da licitação em cada lote.
6.4.2.2. Mantiverem suas propostas originais, respeitada a ordem de classificação na licitação; os fornecedores referidos no item 6.4.2.1 antecederão, na convocação, aqueles aqui previstos.
6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro referido no item 6.4.2 tem por objetivo a formação do cadastro de reserva, compreendendo os licitantes que igualarem o preço do adjudicatário e os que mantiverem suas propostas originais, conforme a ordem de classificação.
6.6. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo nas condições da proposta ofertada pelas licitantes classificadas subsequentemente as primeiras colocadas.
6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva previsto no item 6.4.2 somente ocorrerá quando houver necessidade de convocação de remanescentes, nas hipóteses dos subitens seguintes.
6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula décima.
6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
6.9. Após a homologação do Pregão Eletrônico nº 024/2026 – SRP, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar esta Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições fixados no edital.
A convocação observará o prazo do item 9.1 do edital e a possibilidade de prorrogação disciplinada no item 9.2, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.4, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes referidos no item 6.4.2.1 aceitar a contratação nas condições do adjudicatário, a Administração poderá convocar os remanescentes previstos no item 6.4.2.2, observada a ordem de classificação, o valor estimado e as possibilidades de negociação previstas no edital.
6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos bens registrados, nas seguintes situações:
7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, na forma da Cláusula Décima desta Ata, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar a aceitação das condições registradas, observada a legislação aplicável.
6.2.4. Caso não obtenha êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços correspondente, conforme a Cláusula Décima, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5. Comprovada a ocorrência de fato superveniente que inviabilize a manutenção do preço registrado, o órgão gerenciador promoverá a atualização do preço registrado, observadas as condições de mercado e os limites legais aplicáveis.
8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
10.4.1. Por razão de interesse público;
10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1**.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante,

caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
12.3. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuser a Lei n° 14.133/21, e Decreto n° 11.462/23, o edital de licitação que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela licitante.
12.4. Para dirimir as questões oriundas deste Registro de Preços, fica eleito o foro da cidade e comarca de Miguel Alves/PI.

E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições estabelecidas na presente Ata, assinam este instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo:

Miguel Alves/PI, [.....] de [.....] de 2026

MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES
Secretaria Municipal de Administração
Sr. XXXXXXXXX
Órgão Gerenciador

[**EMPRESA**]
Sr(a). [Representante Legal]
Empresa Detentora

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
   CPF:

2. Nome:
   CPF:

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° [.....]/2026

Cadastro de Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: ..... Classificado

Razão Social:	
CNPJ n°:	
Endereço:	
Contato:	
Representante Legal:	

Item	Especificação	Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa Classificada
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

- ANEXO XIV -

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6157/2026 – PMMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026 - SRP
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [.....]/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES/PI E A EMPRESA [.....] QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES, estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° [.....], estabelecido na [.....] em Miguel Alves/PI, neste ato representado por [.....], portador da Cédula de Identidade/RG n° [.....] SSP PI e inscrito no CPF n° [.....], estabelecido na [.....] em Miguel Alves/PI.

CONTRATADA: [**DENOMINAÇÃO SOCIAL**], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° [.....], sediada na [.....], neste ato representada pelo(a) Sr(a). [.....], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade/RG n° [.....] e inscrito(a) no CPF sob o n° [.....], residente e domiciliado(a) em [.....].

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo do Pregão Eletrônico n° 024/2026 – SRP instruído através do Processo Administrativo n° 6157/2026 – PMMA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa Detentora
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

1.3. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o edital da licitação, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta da contratada, eventuais anexos técnicos e demais documentos constantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido no instrumento contratual, contado da data de sua assinatura, permanecendo vigente pelo período necessário ao cumprimento das

obrigações de entrega, recebimento, pagamento, garantia e demais obrigações decorrentes do fornecimento.

2.1.1. A eventual prorrogação do prazo de vigência contratual somente poderá ocorrer mediante justificativa formal, interesse público, manutenção das condições de contratação e celebração de termo aditivo, observado o disposto na Lei n° 14.133/2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação, quando cabível, deverá ser formalizada antes do término da vigência contratual.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de fornecimento, os modelos de gestão e fiscalização, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Os materiais permanentes deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração nas respectivas ordens de fornecimento, observadas as condições do Termo de Referência.

3.3. A contratada será responsável pela perfeita composição, qualidade e conformidade dos itens fornecidos, devendo corrigir, substituir ou complementar, sem ônus adicional, qualquer item que apresente defeito, vício, incompatibilidade ou desconformidade com as especificações contratuais.

3.4. Quando prevista no Termo de Referência, a contratada fornecerá as orientações necessárias quanto à instalação, funcionamento, utilização e conservação dos equipamentos e demais bens permanentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO (art. 92, V)

4.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal competente, acompanhada da documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, quando cabível.

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (art. 92, V)

6.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

6.1.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

6.1.2. A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

6.1.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

R = V x I - Io = onde:
Io
R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base); Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

6.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

7.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior. (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.4.1. Entregar os materiais permanentes nos locais definidos pela Administração, nas condições constantes do Termo de Referência, proposta, ordem de fornecimento e contrato.

8.1.4.2. Fornecer bens novos, de primeiro uso, adequados às características técnicas, de desempenho e de segurança exigidas, com garantia quando prevista.

8.1.4.3. Realizar a substituição, correção ou reparação de itens defeituosos, danificados, incompatíveis ou em desacordo com as especificações, sem ônus adicional para a Administração.

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
e) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
8.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
8.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
8.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
8.1.16. Disponibilizar os recursos materiais, logísticos, meios de transporte, ferramentas e meios necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, cuja quantidade, qualidade e adequação deverão atender às exigências do edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável;
8.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
8.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos bens públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente em caso de cometimento de infração administrativa nos termos Título IV, Capítulo I da Lei n° 14.133/21, ante a eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei n° 14.133/21).

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

I - Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

II - Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

b.1) A multa não poderá ser superior a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato decorrente da licitação e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/21.

b.2) A multa de mora poderá ser convertida em compensatória de 30,0% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, nos termos do art. 162, parágrafo único da Lei n° 14.133/21.

b.3) O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n° 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas abaixo, e sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4°, da Lei n° 14.133/21):

c.1) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos bens públicos ou ao interesse coletivo;

c.2) Der causa à inexecução total do contrato;

c.3) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c.4) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
c.5) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
c.6) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas abaixo, bem como as descritas no subitem anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133/21):
d.1) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
d.2) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
d.3) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d.4) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
d.5) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°, da Lei n° 14.133/21).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133/21).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n° 14.133/21).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei n° 14.133/21).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133/21):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n° 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei n° 14.133/21).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n° 14.133/21).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei n° 14.133/21.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

11.8.1. Para a extinção do contrato por ato unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para

apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus. Dispensa-se este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à Contratada.

11.8.2. Por meio deste ajuste, as partes interessadas reconhecem os direitos da Administração, em caso de extinção determinada por ato unilateral da Administração prevista no artigo 139 da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO (art. 92, VIII)

13.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária – Fonte dos recursos: [...] e Dotação: [...].

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização da execução desta avença será exercida por fiscal de contrato ou equipe de fiscais designados pela Administração Municipal. O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização de faltas, defeitos, divergências de quantidade, qualidade ou especificação dos itens fornecidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme art. 104, inciso III, e art. 117 da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal n° 001/2024, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Miguel Alves/PI, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Miguel Alves/PI, [.....] de [.....] de 2026.

MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES
Secretaria Municipal de Administração
Sr. XXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

[**EMPRESA**]
Sr(a). [Representante Legal]
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
   CPF:

2. Nome:
   CPF: